



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

ADOÇÃO: ACEITAR A CRIANÇA E SUA HISTÓRIA
CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA SEU SUCESSO

MARÍLIA ROSA GOMES

Brasília
novembro/2003

MARÍLIA ROSA GOMES

ADOÇÃO: ACEITAR A CRIANÇA E SUA HISTÓRIA
CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA SEU SUCESSO

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Orientadora: Maria do Carmo de Lima Meira.

Brasília-DF, novembro de 2003

Agradeço principalmente a Deus por minha existência e por ter dado-me força durante essa caminhada.

Sou grata também à minha família que me ajudou e, em especial, à professora Maria do Carmo pelo apoio e disposição.

A todos aqueles que colaboraram de forma direta e indireta, os meus sinceros agradecimentos.

Dedico esta Monografia aos meus pais, João e Sandra os quais sempre me incentivaram e, principalmente a meus irmãos adotivos, Gabriel e Felipe.

SUMÁRIO

Introdução	6
1. Conceitos de Adoção	8
2. Histórico da Adoção	10
3. Processo Jurídico	12
4. Aspectos Psicológicos	16
5. Mitos e Preconceitos	20
6. Construção das relações afetivas	24
6.1 Aspectos essenciais a serem trabalhados na Adoção	30
7. Personalidade e sentimentos do filho adotivo	32
Conclusão	37
Metodologia	40
Anexos	42
Anexo I	43
Anexo II	50
Anexo III	52
Anexo IV	54
Anexo V	56
Referências Bibliográficas	59

RESUMO

O trabalho a seguir procura abordar o tema Adoção destacando aspectos essenciais para seu sucesso. O enfoque está na participação/envolvimento de seu microsistema, mais especificamente, na família. Primeiramente trás alguns conceitos, ressaltando a opinião de alguns autores. Em seguida retrata um breve histórico, contemplando seus primórdios. Posteriormente o assunto passa a ser os aspectos jurídicos, posto que são eles quem proporcionam segurança à família adotiva e principalmente, à criança /adolescente adotado. Os aspectos psicológicos da família adotante é outro assunto que merece destaque, pois faz se necessária uma avaliação prévia de seus requerentes e até mesmo da criança podendo através dela diagnosticar problemas de adaptação. Tal procedimento torna-se de suma importância, onde através dessa didática pode-se conhecer os reais interesses da família, identificando as razões que os levaram a adotar, descartando tabus, rotulações e preconceitos dos interessados, facilitando assim a integração da criança em sua nova família. A construção das relações afetivas entre eles torna-se condição essencial para o sucesso da adoção, tema este que foi desenvolvido merecendo destaque ainda maior, juntamente com os sentimentos do filho adotivo. Tais assuntos requerem de todos os envolvidos a capacidade e desejo de amar e aceitar o outro, incondicionalmente, sem qualquer tipo de preconceito e discriminação. Para concluir o trabalho, buscou-se depoimento de famílias adotivas onde através de suas declarações, pode-se verificar a satisfação e alegria que este membro é capaz de proporcionar. Com o objetivo de conhecer os sentimentos entre eles, foi contemplado também a título de informação uma pesquisa da professora e psicóloga Lídia Natália Dobrianskyj Weber sobre o referido tema. Diante do que foi exposto, o leitor terá a oportunidade de identificar e reconhecer a importância de se aceitar a criança como ela é para que se tenha sucesso na Adoção.

INTRODUÇÃO

A causa da criança tem vindo a receber atenção cada vez maior e empenhamento cada vez mais profundo das sociedades no mundo inteiro.

Nos últimos anos, temos presenciado um esforço conjunto do judiciário, dos grupos de apoio à adoção e da sociedade para ver garantido o direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, conforme prevê o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), art.19.

No entanto, sabe-se que a adoção não é solução para os problemas que afligem a infância e juventude, mas é uma medida que permite a elas ter assegurado de forma efetiva os direitos que lhe são constitucionalmente atribuídos de forma prioritária.

Ela deixa de ser voltado aos interesses dos adotantes, passando a ter um novo enfoque, para o direito do adotado, objetivando dar-lhe um lar e uma família, priorizando suas necessidades, interesses e direitos.

Essa nova visão da filiação adotiva veio pela mão do legislador constitucional que determinou, no art. 227 § 6º, que os filhos, havidos ou não da relação de casamento ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, mandamento este que foi repetido pelo art. 20 do ECA.

A Adoção é muito mais que um procedimento burocrático, é um mecanismo legal que permite que ela seja um ato consciente e planejado na vida familiar, uma outra maneira de ser pai e mãe. Ela está bastante ligada à realidade psicológica e social no mundo onde representa um projeto de vida personalizado para a criança que deve ter por base sempre que possível, um estudo da situação psicológica, social, espiritual, clínica, cultural e legal referente ao filho e a sua família.

Ela geralmente diz respeito a crianças com antecedentes de privação e abandono. Muitas vezes estas crianças tiveram experiências traumáticas, necessitam de famílias adotivas carinhosas e que se interessem por elas, oferecendo permanência e segurança às suas vidas.

Diante do que foi exposto, este trabalho se propõe a mostrar que a adoção afetiva é a verdadeira relação parental, sendo esta não apenas uma necessidade do adotado, como de qualquer filho, apontando para a necessidade de o filho adotivo ser amado, percebido em seus sentimentos e compreendido. Sendo assim, seu objetivo é auxiliar na orientação quanto aos aspectos jurídicos e psicológicos, afetivos e sociais que envolvem a adoção, de maneira a trabalhar preconceitos, além de refletir sobre o valor familiar e social da adoção, independentemente da idade em que a criança for adotada.

1

CONCEITOS DE ADOÇÃO

A adoção é a única forma admitida pela lei de uma pessoa assumir como filho uma criança ou adolescente nascida de outra família, garantindo ao filho adotivo os mesmos direitos dos filhos biológicos.

Entende-se que adoção é uma realidade, se não biológica, pelo menos psicossocial. E, nesse sentido, é a lição de Pontes de Miranda: “O fato jurídico da adoção é tanto mais compreensível quanto se atenta a que a verdadeira essência material dos fatos sociais está na relação sociopsicológica; e a família, como se pode verificar em todas as legislações, mais se funda em interdependência e mesmo em dependência espiritual do que em simples circunstâncias estranhas à vontade, com o nascimento” (Tratado D. Privado, 9º vol., 1971, pág.111).

Marmitt (1993), define adoção como “um ato jurídico bilateral, solene e complexo, onde através dela criam-se relações análogas ou idênticas àquelas decorrentes da filiação legítima, um *status* semelhante ou igual entre filho biológico e adotivo. Os laços de filiação e de paternidade são estabelecidos pela vontade dos particulares, das pessoas entre as quais esta relação inexiste naturalmente” (p.7).

Segundo Antunes Varela (1982), “por um lado, a adoção deixou de constituir um puro negócio jurídico, entregue à iniciativa altruísta do adoptante, e passou a constituir necessariamente objecto de uma acção judicial, assente num inquérito destinado a garantir a finalidade essencial da nova relação familiar” (ob. cit., nº 17, p.84).

Oliveira (2001), afirma que “A adoção é um instituto jurídico que procura imitar a filiação natural e contrapõe-se a adoção à filiação legítima ou natural por sua característica artificial, também denominada de filiação civil, visto que não corresponde a uma descendência natural e biológica, mas resulta da manifestação da vontade, na adoção do sistema do Código Civil, ou de sentença judicial, no sistema do ECA” (p.147). Completa inda dizendo que esta cria uma filiação entre pessoas que não são ligadas pelos laços de sangue, mas decorrente da sentença.

Para Clóvis Beviláqua, duas finalidades existem na adoção: “Ela tinha a finalidade de dar filhos a quem não os tinha pela natureza e trazer, par o aconchego da família, filhos privados de arrimo” (*apud Jayme Henrique Abreu, “Convivência Familiar: A Guarda, Tutela e Adoção in Estatuto da Criança e do Adolescente – Estudos Sócio-Jurídicos, p.140).*

Esses conceitos demonstram que Adoção deixa de ter carácter jurídico, de forma que tem se amoldado, evoluindo com o passar dos anos de conformidade com o desenvolvimento da humanidade, tendo um relevante conteúdo humano e social, sendo muitas vezes um ato humanitário, despertando sentimentos de generosidade, afeição e amor.

2

HISTÓRICO DA ADOÇÃO

Apesar da adoção existir na humanidade desde os primórdios dos tempos, parece ser um tema mais ligado à emoção do que à razão, pois existe pouca investigação científica a respeito, sendo difícil encontrar literatura sobre este tema, especialmente no Brasil. As publicações mais freqüentes falam acerca das dificuldades encontradas em filhos adotivos, descritos por jornalistas de revistas e depoimentos de pais com filhos adotivos relatando casos com distúrbios, atribuindo, muitas das vezes sua etiologia ao fato da criança ser adotiva, pois a perda inicial dos pais biológicos seria irreparável e causadora de “todos os problemas, onde o bebê adotivo seria um bebê de risco”, mostrando uma representação errônea e limitada sobre a associação genérica entre adoção e fracasso. Aí entra o trabalho do

profissional da saúde psíquica, o Psicólogo Clínico atuando na área para desmistificar essa concepção inadequada sobre este assunto.

Em jornal de maior circulação no Distrito Federal, “Correio Braziliense”, publicado no dia 16 de junho de 2002, em uma de suas reportagens, o assunto era Adoção, sendo colocado que é um processo antigo, existindo desde a Antiguidade, já praticada pelos assírios, babilônios, egípcios, gregos e romanos, muitas vezes para conseguirem um herdeiro ou sucessor.

Segundo Abreu (2002), “a adoção, em seus primórdios, aparece como possibilidade para que a família de um homem sem descendência masculina possa perpetuar sua linhagem e mormente para que o culto dos ancestrais siga seu curso normal”(p.19).

Existem também referências na Bíblia. Moisés foi adotado pela irmã de Faraó, e Mordecai criou Ester como uma irmã. Inicialmente, se tratava de um arranjo voluntário entre a criança (com idade suficiente para tomar decisões) e os pais adotivos. Em alguns países assumia um aspecto de gratificação por serviços prestados e em outros, até uma forma de conseguir mão de obra barata para a lavoura ou comércio.

O primeiro caso legal de adoção ocorreu no Alabama, nos Estados Unidos, no ano de 1851, quando uma criança adotada passou a ter os mesmos direitos dos pais adotivos. Somente nas últimas décadas a adoção atingiu seu principal objetivo: conseguir para crianças sem lar uma família, onde ela tivesse garantido todos os direitos, privilégios e responsabilidades de um filho natural.

3

PROCESSO JURÍDICO

O aspecto jurídico desta intervenção revela-se na segurança do encaminhamento a ser dado à criança ou adolescente, possibilitando às partes envolvidas no processo adotivo uma análise completa da situação e não somente dos interessados à adoção. Aliás, ao estabelecer o Estatuto que a adoção somente será deferida quando apresentar reais vantagens ao adotando (ECA, art. 43) coloca tal intervenção em destaque, já que a adoção deve satisfazer não somente o interesse de quem adota, mas, principalmente de quem está sendo adotado.

O processo de adoção revela-se como um dos mais importantes na área da Infância e da Juventude, posto que objetiva a colocação da criança ou adolescente em lar substituto de forma definitiva. Revela-se desta forma como um processo que requer um certo conhecimento da lei e compreensão do desenvolvimento emocional do ser humano a partir do início da vida.

A par de sua importância, constata-se que tal processo não se inicia como ocorre normalmente nos outros feitos menoristas. O processo de adoção, na maioria das vezes requer uma fase preliminar de preparação e inscrição das partes

interessadas em adotar bem como da situação da criança ou do adolescente a ser adotado.

Essas considerações revelam que a intervenção técnica no processo adotivo é complexa, assumindo uma visão multifocal do problema, ou seja, não só dos pretendentes à adoção, mas principalmente das crianças e adolescentes adotáveis.

Para adotar um filho, a pessoa ou o casal interessado deve procurar a Vara da Infância e Juventude, que mantém um registro das crianças e adolescentes em condições de adoção. Lá, o Serviço Técnico do Juizado (formado por assistentes sociais e psicólogos) participará do processo de seleção de famílias adotivas, avaliando as condições afetivas e a motivação para o exercício da maternidade e da paternidade, além de coletar alguns dados de identificação pessoal, renda financeira, profissão e domicílio. Também deve identificar sexo, cor e idade da criança ou adolescente pretendido.

Nesta primeira etapa, é preciso levar os seguintes documentos: Certidão de Antecedentes obtida em cartório, xerox da Certidão de Nascimento ou Casamento, xerox da Carteira de Identidade e do CIC, atestado de Idoneidade Moral, firmado por 2 testemunhas e firma reconhecida em cartório, atestado de Sanidade Física e Mental dado por um médico, xerox do comprovante de residência, fotos coloridas dos candidatos ao cadastro, e declaração de Bens do menor a ser tutelado, se for o caso. Além de orientar os pais adotivos durante todo o processo, os profissionais do juizado também acompanharão a fase de integração da criança à nova família.

Qualquer pessoa com mais de 21 anos, independente do estado civil, pode adotar, desde que tenha pelo menos 16 anos a mais do que a criança a ser adotada. Já a criança deve ter até 18 anos, exceto se já estiver sob guarda ou tutela, e após total certificação de que os pais biológicos sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do pátrio poder.

Embora toda essa burocracia assuste um pouco, ela é necessária para que o Estado dê a guarda de uma criança a alguém.

No livro intitulado “Adoção”, Marmitt retrata o assunto onde cita inúmeras vantagens, daí existindo seus defensores; de outro, para os que atacam, apresentam suas desvantagens.

Clóvis Bevilacqua, grande defensor, afirmava que o mesmo exerce uma ação, em verdade, benéfica, social e individualmente falando. E Berlier (op. Cit.) escreve que é “um ato de consolo para quem adota e um benefício para quem é adotado”.

A adoção atende a fins nobres e satisfaz a interesses sociais relevantes; é um instituto de caráter filantrópico, nitidamente humanitário e de fins altamente assistenciais. Protegendo a infância, tem por objetivo estabelecer, de um lado, uma nova família e, de outro, fortalecer a própria família. Nem sempre os filhos naturais são esperados e, muitas vezes, menos ainda preparados estão os casais para essa vinda; quanto aos adotivos, há não só uma relativa espera, mas também a possibilidade de uma madura preparação.

Há autores, porém que apontam defeitos no instituto de adoção, onde afirmam que:

- 1º - permite a transposição de filhos naturais (adulterinos e espúrios) em legítimos;
- 2º - permite a fraude fiscal em casos de impostos de sucessão, *mortis causa*;
- 3º - favorece o celibato.

Essas são, em síntese, as principais objeções e desvantagens do instituto. A primeira é a única que tem elementos de maior procedência. Trata-se, contudo, de objeção antiga.

Washington de Barros Monteiro resume as críticas: “Realmente, de um lado, ele é encarado como simples meio de transmitir nome e patrimônio nas famílias aristocráticas. Além disso, através da adoção podem ser introduzidas, na comunidade familiar, filhos incestuosos e adulterinos, burlando-se as proibições legais de se reconhecer filhos adulterinos e incestuosos e implantando-se, assim, situação incompatível com a existência da família legítima”.

Apesar desses problemas, ele mantém-se favorável ao instituto de adoção. Quanto ao favorecimento ao celibato, são justamente os casais sem filhos os que mais usam do instituto, e não os solteiros. Trata-se pois de crítica infundada, baseada apenas em hipóteses.

Bevilaqua assinala com exatidão “O que é preciso, porém, salientar é a ação benéfica, social e individualmente falando, que a adoção pode exercer na sua fase atual. Dando filhos a quem não os tem pela natureza, desenvolve sentimentos afetivos do mais puro quilate e aumenta, na sociedade, o capital de afeto e de bondade, necessários ao seu aperfeiçoamento moral; chamando para o aconchego da família e para as doçuras do bem-estar, filhos privados de ânimo ou de meios idôneos, aproveita e dirige capacidades que, de outro modo, corriam o risco de se perderem em prejuízo de indivíduos e do grupo social a que pertencem” (p.249). Pela sua colocação, percebe-se não apenas posições jurídicas, mas sedimentadas em base social.

4

ASPECTOS PSICOLÓGICOS

A intervenção técnica no processo adotivo tem por objetivo específico verificar se os requerentes reúnem condições sociais e psicológicas para assumirem a adoção e se é caso da criança ou adolescente ser colocado à disposição para adoção.

Segundo Figueiredo (2002), quatro são os aspectos para que a adoção seja deferida, a saber: “que os adotantes ofereçam ambiente familiar adequado; que não revelem, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida; que o pedido se funde em motivos legítimos; que a adoção represente real vantagem para o adotando” (p.89). Tudo isso visando sempre o bem estar da criança.

Sabe-se que em todas as Comarcas é obrigatório a existência do cadastro de pretendentes à adoção, nos termos previstos no art. 50 do ECA. O cadastro, entre outras coisas, visa oferecer segurança para todas as partes envolvidas no processo da adoção, em especial à criança.

Nessa oportunidade, o papel fundamental da equipe técnica não se refere aos requisitos de natureza legal, previstos no próprio estatuto e que serão objetos de

análise pela Promotoria e Juizado. O objetivo, conforme estabelece a própria lei (ECA, artigos 29 e 50, § 2º) é analisar a compatibilidade dos pretendentes, oferecendo ambiente familiar adequado à criança ou adolescente, enfim, é verificar junto aos pretendentes a capacidade de estabelecer relações afetivas com os pais adotantes.

Motta (2000), esclarece “há alguns aspectos a serem considerados na avaliação dos candidatos a adotantes, tais como a forma como falam de outras pessoas, principalmente seus parentes; a maneira como se tratam mutuamente; a forma como tratam a pessoa que está realizando as entrevistas; a capacidade de enfrentar dificuldades com coragem e de refletir com sensatez sobre a melhor maneira de lidar com elas - característica indispensável para os pais adotivos, pois é essencial que tenham capacidade de assumir alguns riscos, assim como o é para os pais naturais” (p.137).

É bem verdade que a intervenção prévia dos técnicos junto aos interessados no cadastro à adoção não garante seu o sucesso. No entanto, revela-se de extrema importância, posto que se pode minimizar a ocorrência de adoção mal sucedida.

Existe grupo de apoio que visa auxiliar no melhor encaminhamento dos casos, pois algumas vezes crianças ou adolescentes apresentam inaptações ao ambiente familiar e no despreparo das pessoas e famílias interessadas na adoção. Atuam de forma complementar, preventiva e avaliativa tendo como objetivo principal o preparo dos interessados à adoção, onde serão discutidas questões referentes à motivação pessoal para adoção, revelação, preconceitos, fases do desenvolvimento infantil, procedimento judicial da adoção, dentre outros.

Há um modelo de intervenção que é o extraprocessual, atendendo as diretrizes sugeridas no I Congresso Interdisciplinário de Adopción Nacional y Del Cono Sur, relatada por Maria Antonieta Pisano Motta, como sendo, (Obra citada, pág.136)

A - uma etapa prévia de orientação psicológica com função diagnóstico-terapêutica realizada em grupo com os futuros adotantes, devendo não exceder 90 dias e tendo por objetivo adaptá-los à inclusão do menor na família;

B - acompanhamento realizado após a adoção para superar as dificuldades dos pais que não tiveram a oportunidade de gestar o filho, integrando a criança à família. Nessa fase, não apenas a decisão de adotar é da maior importância, como também o ajustamento ao papel de pais pode ser difícil. A intervenção com base nestas diretrizes tem a finalidade de evitar que ocorram adoções que de alguma maneira poderiam estar fadadas ao insucesso com a consequência natural decorrente de tal fracasso para os adotantes e adotados.

Enfim, *preparar-se para aceitar a criança do jeito que ela vier é o primeiro passo*, onde de certa maneira, *à medida em que somos aceitos, estamos sendo adotados*. Não se pode rejeitar as experiências anteriores e as impressões que a criança trouxe com ela.

Da mesma forma que a avaliação dos interessados é de suma importância para o processo adotivo, a intervenção junto à criança também se faz necessária.

Muitas vezes, durante o acompanhamento da equipe técnica, percebe-se que vários deles não surtem os efeitos desejados, aparecendo problemas posteriores decorrentes na nova relação estabelecida.

Por outro lado, Motta (2000) afirma que “Muitas situações podem ser camufladas durante o processo de adoção, uma vez que até a sua finalização, os pais adotivos sentem que eles e a criança estão sendo avaliados, sentem-se inseguros quanto aos resultados desta avaliação, o que por sua vez dificulta à condição do estado de intimidade” (p.127) e das relações a serem estabelecidas pela nova família.

Questões como a revelação e preconceito, passam a fazer parte do cotidiano desta nova família, necessitando os pais adotivos de auxílio para detectar e solucionar as ameaças que imaginam envolvidas na adoção com medo de não conseguir competir com a memória real ou fantasiada dos pais naturais, sentimentos de incapacidade para exercer a função de pais, etc. Estas situações justificam a

intervenção da equipe técnica, visando o sucesso da medida e principalmente o bem estar da criança ou do adolescente adotado.

5

MITOS E PRECONCEITOS

Estudos e pesquisas apontam para a necessidade de preparação dos pretendentes à adoção como forma de garantir uma adoção bem sucedida e para a derrubada de mitos e preconceitos ainda existentes no contexto da sociedade onde vivemos. Essa preparação envolve aspectos jurídicos/legais, aspectos afetivos, psicológicos e sociais.

Tudo o que é cercado de mistério e de segredo também acaba cercado de mitos. E mito é o que não falta em relação à adoção, especialmente no Brasil. O mais conhecido é aquele que aponta as crianças adotadas como mais problemáticas.

"Não necessariamente", afirma a assistente social Maria Josefina Becker, especialista em direitos da criança e do adolescente. Para ela, não é possível atribuir todos os problemas de uma criança adotada ao simples fato de ela ter sido adotada. A qualidade dos vínculos afetivos estabelecidos com os pais, biológicos ou adotivos, é, em grande parte, responsável pelo bem estar, segurança e auto-estima dos seres humanos, completa (informação verbal).

Outra impressão errada é a de que as crianças adotadas com mais idade, por terem vivenciado mais intensamente a experiência do abandono, são mais revoltadas e têm mais dificuldade de se adaptar à nova família. Como observa a assistente social Becker, a experiência do abandono é, realmente, muito dramática. No entanto, quando adotada por pessoas amorosas, compreensivas e com capacidade de acolher e tolerar algumas frustrações iniciais, a criança pode perfeitamente superar os traumas vividos pelo abandono “. Ela também salienta que "a vivência do abandono, sobretudo o abandono afetivo, pode ocorrer em crianças criadas com sua família biológica” (informação verbal).

Crianças adotadas com mais idade, por entenderem melhor a situação, tendem a se adaptar mais facilmente à idéia do que aquelas adotadas quando bebês.

Um dos motivos para a demora no processo de adoção é a preferência por crianças recém-nascidas, brancas e do sexo feminino, que são minoria entre as crianças em situação de adoção. Segundo a psicóloga Dulce Barros, essa preferência pode refletir dois erros de avaliação do casal que pretende adotar: "Primeiro, as pessoas têm a falsa idéia de que a menina é mais dócil e tem menos problemas, o que não é verdade. Segundo, porque isso pode ser uma espécie de recusa em aceitar o ato da adoção, uma tentativa de fazer de conta que o processo foi natural” (informação verbal).

A idéia da importância dos “laços de sangue” passa de geração a geração e é uma das mais fortes razões do preconceito contra a criança adotada. No filho adotivo não realiza a marca genética nem se satisfaz a expectativa social da “normalidade” reprodutiva. Parece que perdura na cabeça das pessoas a necessidade da reprodução como um atestado de capacidade fisiológica. Filho (1995), afirma que das “ligações familiares, as mais limitadas são as que se referem aos aspectos genéticos, onde as relações afetivas constituem o grande arcabouço das ligações interpessoais que perduram, renovam-se e compõem a dinâmica da vida” (p. 36).

Um outro aspecto que gera preconceito com a criança adotada é a existência do pressuposto de que crianças adotadas nascem de uma história de fragilidade, sendo caracterizadas como inferiores. Certamente esta afirmativa em relação à fragilidade é condizente, ressaltando que a maioria delas é originária de famílias desintegradas, onde os valores carecem de consistência, onde o nível social é inferior à média, tendo assim dificuldades, tanto em sua estrutura física quanto emocional. Agora vê-la como inferior, já distorce a realidade.

Filho, sobre isso afirma que “esse tipo de preconceito pode produzir na criança um certo retraimento social, julgando-se incapaz e incompetente para a vida - assim se justifica a tendência de os filhos adotivos não quererem ser identificados como tal. Essa atitude é o resultado do preconceito social e não, necessariamente, do fato de sentirem-se numa condição de inferioridade” (p. 37).

Conscientemente ou não, a criança adotada busca sua igualdade ou similaridade com a família e a diferença com as demais pessoas do grupo dificultam sua tarefa de integração quando a rotulam como uma pessoa diferente, ficando claro o preconceito e a rotulação.

O fato de não conhecer a história da criança gera fobia em muitos casos, tornando sua aceitação mais difícil ainda. Essa ameaça do desconhecido, segundo Filho é uma forma confortável para os adultos explicarem seus insucessos na educação dos filhos, eximindo-se de responsabilidade a determinadas características que eles apresentem. A consequência desses preconceitos são os males que se produzem nas crianças adotadas, onde a formação de sua auto-imagem é prejudicada. Isso porque elas são capazes de incorporar ao seu auto-conceito o que as pessoas acreditam que elas sejam.

A idéia do *eu*, ao mesmo tempo em que aponta para algo individual, único, peculiar, indica também, a resultante das influências e interferências de todo o sistema ao qual estamos vinculados. Segundo Winnicott (1982) “o ego (*eu*) existe desde o começo da vida, o que reforça a idéia de que a formação resulta da interação de tudo que compõe o ambiente” (p.81). Diz ele: “Nos estágios mais precoces do desenvolvimento da criança (...), o funcionamento do ego deve ser

considerado um conceito inseparável daquele da existência da criança como pessoa. Que vida instintiva possa existir sem conexão com o funcionamento do ego pode ser ignorado, porque a criança não é ainda uma entidade viva que tenha experiências. Não há id antes do ego. Somente a partir desta premissa se pode justificar um estudo do ego” (p. 55).

No 1º Guia de Adoção de Criança e Adolescente do Brasil, Lucinete S. Santos apresenta em seu artigo, “*Por uma nova cultura de Adoção*”, uma síntese sobre esse assunto onde retrata que:

A adoção de crianças e adolescentes, como toda e qualquer prática social, reflete as crenças, os valores e os padrões de comportamento construídos historicamente. Há, portanto, uma cultura de adoção no Brasil com limites e preconceitos, onde devemos conhecer, para que possamos atuar sobre ela, reformulando práticas equivocadas - realizar uma ruptura com a prática autoritária, conservadora e excludente significa fortalecer uma nova cultura de adoção que consiste:

Os interesses/necessidades tanto da criança quanto dos pretendentes à adoção;

O desejo de ser pai ou mãe como a motivação fundamental dos pretendentes à adoção;

O rompimento do sigilo em torno das filiações adotivas no âmbito familiar e social;

A importância dos vínculos afetivos e de afinidade, independentemente dos laços consangüíneos.

Por fim, importa enfatizar o caráter excepcional da adoção, que não pode ser tratada como alternativa à ausência de políticas sociais.

Diante disso, pode-se perceber que a criança, em sua formação, recebe a influência do ambiente e da cultura, onde os adultos são responsáveis por parte da auto-estima da criança por conta da interpretação que fazem do seu comportamento. Precisa-se desmitificar esses preconceitos e estereótipos sobre o filho adotivo, pois se chega até a impedir o desenvolvimento da criança, sendo ideal que as famílias interessadas em adotar, reflitam e superem suas limitações, contribuindo assim para o melhor ajustamento da criança.

6

CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES AFETIVAS

A grande maioria dos casais que decidem adotar está envolta com problemas ligados à esterilidade. Existem, é claro, casais que, tendo filhos biológicos, optam pela adoção, e mesmo casais que decidem não ter filhos adotam uma criança sem lar. A meta geralmente é realizar o desejo de ser pai/mãe.

Segundo Abreu (2002), “quando o casal descobre sua impossibilidade de ter filhos, três preocupações vão ainda nortear a busca da paternidade/maternidade, que são: “uma criança recém-nascida; uma criança que se pareça com o casal; uma criança saudável - sem necessidades especiais” (p.128). Isso demonstra que quanto mais cedo a criança chegar, mais o casal terá oportunidade de moldá-la. Outro aspecto desta escolha situa-se no desejo que têm essas pessoas de exercer cuidados, isto é, maternar e paternar. Já a característica da criança parecer com o casal, tem o objetivo de facilitar a identificação dos pais adotivos com o filho. Estes buscam através da adoção reproduzir socialmente sua continuidade e semelhança no imaginário social.

No jornal, O Estado de São Paulo, em uma publicação de 29 de junho de 1998, Lígia Formenti, jornalista, aborda o tema Adoção explanando sobre a adaptação de um filho, onde para os psicólogos, uma boa relação depende da atitude dos novos pais que, com freqüência, idealizam o convívio, mas que para se ter um bom resultado se faz necessário que o adulto estabeleça com a criança um vínculo emocional, não bastando apenas uma relação de assistência ou profissional. Na mesma entrevista, o psicólogo Bernardo Tanis, afirma que a criança necessita de afeto e cuidado e que se isso não vem de forma adequada, ela acaba desenvolvendo mecanismos para isolar-se, sendo fundamental o papel dos novos pais, exigindo dedicação.

Dentro do microssistema familiar, escolar ou de trabalho, várias dimensões do comportamento dos pais em relação à criança parecem ser particularmente significativas, onde esta pode ou não proporcionar alto nível de carinho, afeição, aceitação e confiança de modo que vai depender da estrutura e preparação dessa família.

Um questionamento observado em relação à adoção ultimamente está relacionado a adaptação da criança, onde muitos casais que pretendem ter um filho por meio da adoção, têm essa dúvida, mas que na verdade não há uma resposta correta. Os especialistas garantem que como em qualquer relação, o resultado depende muito do tipo de comportamento dos novos pais.

Os padrões de interação entre pais e filhos diferem, onde alguns merecem ser destacados, conforme Helen Bee (1996) nos cita, “o tom emocional da família, a responsividade do progenitor em relação à criança, a maneira pela qual o controle é exercido e a qualidade e quantidade de comunicação” (p.372). Estas são características da dimensão familiar responsável pela qualidade do relacionamento onde se for trabalhado de forma adequada, mantém o sucesso da interação, passando a ser segura e satisfatória.

Filho (1995), afirma que “a adoção de filhos se insere na atitude e nos atos de criação no seu sentido físico e afetivo. O filho, que era sonho, e por ser sonho, tinha

a condição fundamental de ser realidade, afirma-se como filho, não pelo processo biológico e fisiológico do nascimento, mas pela adoção afetiva dos pais que, incondicionalmente, o amam” (p. 48). Tal afirmação tem a reforçar a afirmativa de que *aceitar não só a criança, mas também a sua história é condição essencial para o sucesso da adoção.*

Questões importantes a serem trabalhadas em famílias adotivas abrangem alguns aspectos, tais como: a qualidade do relacionamento com o filho, com o cônjuge e com os irmãos. Sabe-se que embora se tenha vários irmãos criados na mesma família, cada um tem sua particularidade e personalidade, podendo ser bastante diferentes, mesmo sendo filhos biológicos. Isso desmitifica o que a cultura popular afirma sugerindo tratar o adotivo como ser diferente e que possivelmente poderá trazer problemas à família. Porém, sabe-se que um filho legítimo pode acarretar tantos problemas quanto o adotado.

Na família, pode-se falar espontaneamente sobre diversos assuntos e evitar outros, dependendo da história e de seus resultados, algo natural dentro do âmbito familiar, mas algo que não se deve ignorar é a realidade, de modo que a verdade deve prevalecer. Nota-se receio em algumas famílias adotivas, não se falando a respeito de adoção, seja pelo fato de privar a criança/adolescente de lembrar seu passado, seja por ela não conhecer ainda sua história, como se isso fosse algo danoso e prejudicial à criança.

Muitas delas, ao tomar conhecimento de sua história, sentem-se aliviadas e participantes da família e a partir do momento em que foi revelado seu histórico, não manifestam mais interesse em falar sobre o assunto, pois se sentem reconhecidas, valorizadas e aliviadas. Outras, no entanto, podem se sentir inferiorizadas, necessitando de cuidados especiais. Mas essa última possibilidade geralmente ocorre quando a criança é “pega” de surpresa, sem a menor preparação da família, demonstrando inabilidade para com a criança. Provavelmente, seus pais não escolheram o momento oportuno e/ou trabalharam de forma inadequada a adoção.

As fantasias sobre o “instinto de amor materno” e sobre a importância “da descendência de sangue” proporcionam condições para a confusão e discriminação

entre a paternidade biológica e adotiva, atribuindo maior relevância à primeira. Na verdade, os dois tipos de paternidade têm exatamente a mesma importância e a mesma essência, mas fazem parte de contingências diferentes. No entanto, a contingência de ser uma família adotiva traz características especiais que não devem ser negadas, mas ao contrário, assumidas totalmente.

A ansiedade que vive a família em relação ao filho é intensa onde se pode destacar suas expectativas em relação à criança que vão desde a capacidade de andar até a sua capacidade cognitiva, no anseio de constatar a normalidade da criança. Tal atitude pode se tornar uma ameaça à estabilidade emocional dos pais.

Um momento identificado como crítico segundo Filho é “ao redor dos quatro, dos seis e dos dez anos de idade. Essas são as ocasiões em que o organismo infantil, em toda a sua abrangência, vive experiências de mudanças acentuadamente intensas, provocando uma certa desorganização do comportamento quando confrontado com os padrões culturais esperados”. (pág.93).

Outro sentimento que os pais têm em relação à criança adotiva está relacionada com a hereditariedade patológica, o medo de que surjam anormalidades e deficiências no decorrer de seu desenvolvimento, Têm a idéia de que o desconhecido tende a ser mais ameaçador do que aquilo que se conhece; como se conhecendo, pudessem exercer domínio sobre os fatos ou até evitar malefícios, como se a segurança fosse possível para os próprios filhos gerados.

A fim de satisfazer as necessidades do filho, pais são capazes de ir além de suas limitações, proporcionando à criança seus desejos, seja do ponto de vista material e social, trazendo como conseqüências a falta de limites, pois está habituada a sempre atenderem seus pedidos em seu natural imediatismo, tudo isso para poupá-la de sofrimento, sendo importante destacar que a frustração é inerente à vida.

Segundo Shinyashiki (1992), “sem limites, a criança desenvolve a imagem de que é dona do mundo, e, a cada vez que algo a contraria, tende a agir como

ditadora. Ela vai sofrer muito por não saber elaborar as frustrações que a vida lhe apresentará a toda hora” (p.27)

Muitos deles tendem a assumir comportamento compensatório onde procuram ao máximo evitar o sofrimento, angústias e frustrações, tendo uma dedicação exagerada e superproteção, prejudicando sua independência, autonomia, iniciativa e decisão.

O que a criança necessita é de afeto, de amor e da presença da família, principalmente dos pais, tornando-a confiante, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

O mundo de hoje exige dos pais o conhecimento de alguns mecanismos e instrumentos para fazer face às pressões de uma realidade difícil. Nas relações pessoais e familiares, o conhecer é impulsionado pelo afeto, assim como o afeto se projeta no conhecer. Rollo May (1988) observa que “a relação etimológica entre conhecer e amar é extremamente próxima. Conhecer outro ser humano, assim como amá-lo, implica uma forma de união, uma participação dialética com o outro” (p.154).

Outro sentimento da família perante o adotivo, por exemplo, é se existe semelhança no temperamento e/ou fisicamente. As pessoas geralmente fazem perguntas sobre as diferenças e se o vêem/percebem como membro da família - isso faz parte dos questionamentos que aparecem em famílias que adotam, onde se percebe que a maioria delas ao discutirem sobre o assunto, na maioria das vezes não se sentem incomodadas, pois ao se estabelecer uma relação de afeto com as figuras parentais, o processo de desenvolvimento ocorre de maneira saudável.

Significativamente, descobre-se a necessidade da criança ser recebida dentro desse clima onde a convivência passa a ser um mecanismo de troca. O amor de uma família adotiva é construído da mesma forma que de uma família biológica; não é ter o mesmo sangue que vai garantir o amor nem o sucesso da relação. “O amor é conquistado” (p.53), como já disse a filósofa Elizabeth Badinter.

Esse foi um dos motivos pelo qual a autora optou em trabalhar esse assunto, pois sua família é constituída de dois irmãos adotivos, onde o tema desperta um imenso interesse em função do valor social que representa, além de que na adoção o acolhimento, o amor, o carinho, a aceitação e o respeito tornam-se ferramentas essenciais ao seu sucesso.

A autora acredita também que o prazer derivado pelo convívio com o irmão seja ele adotivo ou não é muito alto, existe uma relação de troca entre eles e não há distinção na família e no convívio social entre nenhum deles, sempre tratados como filhos.

6.1

ASPECTOS ESSENCIAIS A SEREM TRABALHADOS NA ADOÇÃO

Diante do que foi exposto, percebe-se o grau de importância que o diálogo e a verdade exercem na vida da família adotante e principalmente na criança. Sendo assim, para um melhor ajustamento e sucesso familiar, a revelação é necessária, devendo ser feita com cautela e no momento adequado, dando à criança segurança, pois se sabe que o adiamento ou revelação tardia são prejudiciais, acarretando situações conflitantes, como a revolta, depressão e até mesmo efeitos negativos nas relações entre adotado e família adotiva.

Marmitt, afirma que a “a condição do adotado tem de ser dada ao conhecimento desde cedo, por vezes paulatinamente, durante o estágio de convivência e antes do ingresso na vida escolar” (p.47). Deve ser revelado aos poucos, com carinho e cuidado para que a criança possa assimilar a verdade, recebendo a notícia e aceitando sem prejuízo psíquico. Afinal, nada melhor do que a sinceridade e a segurança para que a criança sinta-se reconhecida e pertencedora à família.

O mesmo autor cita também que “a revelação oportuna e correta suscita confiança e bem-estar, ao passo que a ocultação é potencialmente capaz de gerar

insatisfações e desconfianças, com forte nocividade para o desenvolvimento e a personalidade do menor” (p.47).

A descoberta da adoção por si mesmo e em tempo tardio pode provocar choques psíquicos. Por isso, um dos aspectos mais perturbadores da adoção para os pais é o dilema: contar ou não contar ao filho que ele é adotado. Os especialistas não têm mais dúvidas: deve-se contar sempre.

Contar o que se sabe sobre a história da família, lidar com discriminações, compreender seus atos e comportamentos algumas vezes auto-destrutivos em função da rejeição e administrar chantagens são fatores considerados importantes. Conversar sobre o passado também é de suma importância para o adotado, além de que isso é algo mais do que natural e até saudável, pois a criança tem o anseio de saber sobre sua origem.

Os pais não devem se negar a conversar franca e abertamente a respeito do assunto ajudando os filhos a recuperarem sua história. Suas atitudes devem ser repletas de amor, tolerância e firmeza (sabendo impor limites), não devendo compensar as “perdas” anteriores desse filho adotivo por meio de superproteção. Essa atitude leva a família a construir o presente e pensar no futuro sem negar o passado. Afinal, uma família saudável é aquela em que as pessoas se sentem protegidas ao experimentar novas condutas, amadas e compreendidas na sua individualidade.

7

PERSONALIDADE E SENTIMENTOS DO FILHO ADOTIVO

A afeição e a aceitação são necessidades psicológicas básicas que se forem satisfeitas, produzem segurança emocional, garantindo a auto-estima da criança. Esse processo se estabelece através da relação interpessoal com a figura dos pais/família, ampliando-se com a convivência social e a inexistência da relação afetiva produz como consequência sentimento de rejeição.

A criança, ao nascer já apresenta características de sua própria personalidade, caminhando para o desenvolvimento que a projetará na conquista da autonomia e da independência. Adler já se referia a esse fato ao falar do instinto de afirmação do *eu* como força que move os atos e a essência da individualidade.

Muitos teóricos e pesquisadores consideram a personalidade em termos de variações de uma série de dimensões, com preposições e implicações distintas, privilegiando diferentes aspectos, focadas seja em explicações biológicas, de aprendizagem ou psicanalíticas. Essas três visões são apoiadas por evidências de pesquisas, onde não existe a “correta”.

No livro “A Criança em Desenvolvimento”, Helen Bee (1996), ao explicar sobre as teorias de desenvolvimento, mais especificamente sobre a psicanalítica, destacou sobre a suposição básica de Freud em sua abordagem, afirmando que a “personalidade tem uma estrutura, ela é desenvolvida ao longo do tempo e que o grau de sucesso de uma criança em satisfazer as exigências de seus estágios, dependerá muito mais de suas interações com as outras pessoas e objetos de seu mundo. Este elemento interativo na teoria de Freud e em todas as outras teorias psicanalíticas subseqüentes é absolutamente central. A confiança básica jamais será desenvolvida a menos que os pais ou outros cuidadores respondam ao bebê de uma maneira amorosa e consistente”. (p. 32)

Os teóricos cognitivo-desenvolvimentais compartilham com seus colegas de orientação psicanalítica a suposição de que a causa ou fonte da mudança é tanto interna quanto externa, onde a criança é uma participante ativa no processo de desenvolvimento.

Piaget, um dos maiores teóricos dessa abordagem, ao retratar sobre pensamento das crianças afirmou que tanto a criança quanto o adulto busca ativamente compreender o seu ambiente, explorando, manipulando e examinando objetos e pessoas de seu mundo, onde o processo de adaptação é constituído por vários processos importantes e que a exploração que a criança faz do seu ambiente conduz, com o passar do tempo, a uma série de entendimentos ou teorias bastante distintas sobre como o mundo funciona e que cada uma delas compreende um estágio específico.

Sobre o processo de estruturação da personalidade, Filho afirma que ela flui paralelamente à afirmação da auto-imagem, que não pode ser dissociada da percepção de sua origem. O silêncio sobre a origem da criança produz mais fantasias negativas e conflituosas do que imagens positivas. Por isso, é importante saber como a família trata o assunto, se é algo que não se comenta e como a criança se percebe sendo adotiva. A partir do momento em que o assunto é tratado com naturalidade, o nível de ansiedade da criança diminui, sentindo-se um membro ativo da família.

Se os pais responderem de maneira confiável e contingente ao bebê, afetará sua confiança ou a segurança de seu apego, o que se manifestará mais tarde numa variedade de comportamentos. A maneira pela qual a criança é tratada é influenciada pelo seu temperamento e ambiente familiar, afetando a expectativa da criança em relação aos outros e a si mesma. Enfim, a possibilidade da criança estabelecer vínculo afetivo com a nova família, depende da predisposição e aceitação dela no sistema familiar, proporcionando a ela um ambiente de confiança.

Filho explica que os filhos devem sentir que podem contar com os pais em qualquer situação e que ao sentir segurança aquietam-se. Não se pode esquecer que nenhuma criança vem com garantias de bom comportamento. A psicanalista Maria Luiza Ghirardi de São Paulo ressalta que mesmo com os filhos biológicos os pais têm uma história a construir e que esse é o grande desafio.

Muitos filhos adotivos, também pela pressão social preconceituosa e aderindo ao modelo transmitido por seus pais, relatam que não têm curiosidade nem interesse em saber sua própria história ou sobre seus pais biológicos. Na verdade, existe um acordo tácito e velado de não se falar a respeito da adoção: os pais procuram encobrir o medo fantasioso de que o filho volte para sua família de origem. Alguns deles não falam a respeito para não magoar seus pais e para encobrir sua própria mágoa de ter sido rejeitado por sua família biológica e assim perdem um pedaço de sua história.

Em muitos casos a criança sabe que é adotiva, mas a família, por algum motivo não sente segurança para revelar, seja por experiências passadas, por receio ou medo. Isso faz com que ela se sinta rejeitada e desvalorizada como se não fizesse parte dela, prejudicando seu desenvolvimento emocional e social.

O filho adotivo tem muitas vezes dificuldade de aceitar a adoção. Quando existe diferença física, torna-se ainda mais visível suas características. É constrangedor para ela ser motivo de comparação com seus irmãos perante desconhecidos, onde sem o menor cuidado, acabam expondo a família em ambientes indesejáveis deixando a criança em uma situação desagradável, mesmo sabendo de sua história, pois a adoção não precisa ser exposta a todo instante e

para todos, até porque muitos deles manifestam o desejo de possuir a fisionomia de seus entes seja pela beleza ou satisfação em ser igual. Esta seria uma característica que talvez tivessem orgulho em ter.

Alguns questionamentos que devem ser trabalhados com a família/filho e que certamente a criança adotiva vivencia está relacionado ao:

- Qual é o conceito que a criança tem sobre adoção?
- Como e quando soube que era adotada?
- O que mudou em sua vida quando recebeu a notícia?
- Qual foi a reação e sentimentos manifestados tanto pela família quanto por si mesma?
- Como se sente ao dizer aos outros que é adotado?
- Se já sentiu discriminação por isso?
- Isso faz diferença em sua vida?
- Gostaria de ser parecido com sua família adotiva?
- Quais são os sentimentos que tem em relação aos pais adotivos?
- Como é o relacionamento social e familiar? O tratamento é diferenciado?

Essas são questões pertinentes onde a criança não deve ser tida como apenas uma variável do processo, de modo que ela possui o direito de conhecer sua história, além de que, se desconfiar que estão escondendo algo dela, pode se sentir novamente rejeitada e impotente, prejudicando sua estrutura e equilíbrio emocional, podendo trazer consequências psicológicas desagradáveis, como auto-estima baixa, rendimento escolar insatisfatório, dificuldade de relacionamento, entre outros.

Filho, em seu livro fez uma pontuação assertiva em relação aos vínculos afetivos entre a família *versus* o adotado aonde o adotivo não vem de fora; vem de dentro, do mesmo modo que o filho, biologicamente gerado. Isso nos leva a pensar que, certamente, não seria estranho, usar a mesma expressão para as duas situações: tanto os que têm filhos biológicos quanto os que os têm por adoção geram, verdadeiramente, seus filhos.

A inexistência dos laços genéticos não invalida as relações parentais. Para que o filho veja os pais adotivos como os seus verdadeiros pais, nada mais é preciso do que a convivência que supre, permite trocas e que proporciona a oportunidade de ouvir, de falar, de tocar e ser tocado.

CONCLUSÃO

Nesse momento de transformações que a humanidade está vivendo, com a globalização e com a valorização do aspecto social, nota-se uma evolução nos relacionamentos afetivos, onde as pessoas se propõem a buscar relações mais profundas e significativas. No entanto, no que se refere a Adoção, se percebe ainda um certo preconceito e falta de conhecimento a respeito, fazendo-se necessária simultaneamente um trabalho de conscientização sobre sua importância, um esforço para desmitificar a associação genérica e errônea entre adoção e fracasso.

A Adoção carrega o mito da dúvida sobre o acerto da escolha, levando muitas pessoas a assumirem uma atitude preconceituosa e, portanto, inadequada sobre o seu futuro. Por isso torna-se importante também o preparo para a adoção, evitando dificuldades para a criança pelo fato dela ser o sujeito principal desse processo.

A criança adotada geralmente é sinônimo de dúvida, incerteza e preconceito e ao analisar a relação entre tais limitações, pode-se fazer uma correspondência entre as dificuldades dos pais e a resposta comportamental dos filhos. Por isso, a necessidade de se abordar com a família a necessidade do amor como emoção fundamental.

Com o objetivo de identificar os sentimentos / construção da afetividade da família adotiva, um instrumento de pesquisa enriquecedor é o questionário da psicóloga e professora Weber, pois através dele tem-se a oportunidade de coletar dados de fundamental importância, posto que sua abordagem envolve aspectos

essenciais a se trabalhar com a família adotante. Na apresentação deste recurso a essas famílias, notou-se dificuldades em captá-las e predispostas a cooperar, pois envolvia todos seus membros, percebendo-se em muitos casos medo e preconceito em função de “de repente poder aflorar algum conteúdo esquecido ou ignorado por um deles, principalmente na criança”, recusando-se a participar. Muitas questões poderiam contribuir para a referente Monografia. No entanto, ficou apenas na teoria, sem a possibilidade de maiores discussões sobre o tema.

Diante dessas dificuldades, pode-se concluir que mesmo com o passar dos anos, a família tem dificuldade em abordar o assunto com naturalidade, o assunto permanece velado, mesmo que do conhecimento da criança. É algo que não se comenta.

Bevilaqua é um entre diversos autores que trás em seus argumentos sobre Adoção de que esta desenvolve sentimentos afetivos do mais puro quilate aumentando na sociedade o capital de afeto e de bondade necessários ao aperfeiçoamento moral chamando para o aconchego da família, confirmando mais uma vez a importância do de aceitar a criança e amá-la, de forma incondicional.

Enfim, o objetivo deste instrumento é demonstrar que a relação dos pais com seus filhos adotivos se fundamentam no contato destes com sua história de adoção, como também no estabelecimento de uma abrangente ligação de afeto. Merece destaque a colocação de Marmitt, retratando esse assunto onde afirma que protegendo a infância, fortalece, de um lado, uma nova família e, de outro, a própria família.

Nem sempre os filhos naturais são esperados e, muitas vezes, menos ainda preparados estão os casais para essa vinda; quanto aos adotivos, há não somente uma relativa espera, mas também a possibilidade de uma madura preparação. Afinal, todos os filhos precisam, necessariamente, ser adotivos para que se tornem verdadeiramente filhos.

Precisa-se deixar de encarar a adoção como um sacrifício filantrópico, aceitando-a integralmente como uma possibilidade de vinculação legal e afetiva que

não depende da gestação, mas sim de sua convivência. Como, aliás, é o que também acontece com os filhos biológicos.

METODOLOGIA

Com objetivo de obter maiores informações e coletar dados mais coesos e precisos sobre Adoção, mais especificamente a respeito de sentimentos/emoções tanto da família adotiva quanto do adotado, pensou-se em utilizar um questionário elaborado pela professora Lídia Natália Dobrianskyj Weber, professora da Universidade Federal do Paraná – Departamento de Psicologia, onde sua pesquisa foi destinada aos pais adotivos, filhos biológicos que possuem irmãos adotivos e, obviamente ao filho adotado. Esse trabalho fez parte de sua Tese de Doutorado em Psicologia na Universidade de São Paulo no ano de 1999.

Muitas das questões tratadas em seu questionário abordam conteúdos de fundamental importância no que se refere à adoção, onde ao ler, têm-se a possibilidade de reflexão (conforme anexo I).

O questionário, caso fosse aplicado, seria dirigido a todos os membros da família em ambiente clínico, trabalhando aspectos fundamentais da adoção - geradora de fantasias dos adotados e dos medos e incertezas de seus pais, destacando que toda a verdade sobre a adoção é o caminho que proporciona maior segurança, desfazendo crenças e preconceitos.

Como as questões são as mais variadas possíveis e de quantidade elevada, certamente levaria algumas sessões. Primeiramente, os entrevistados serão os pais, de modo que ao mesmo tempo em que respondam, possam ser feitas pontuações acerca de suas respostas. Posteriormente, a entrevista será dirigida ao filho adotivo,

ressaltando seus sentimentos como tal. Por fim, aos irmãos biológicos, constatando o tipo de vínculo existente entre eles.

Esse procedimento visa principalmente verificar a qualidade do vínculo e aceitação da família. Essa aplicação possibilita demonstrar que as dificuldades que ocorrem são muito semelhantes àquelas que aparecem em famílias biológicas. E de qualquer forma, mesmo a vivência de tais dificuldades e preconceitos é menos dolorosa do que a ausência de vínculos.

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Adoção - 1999

Profª Lidia Natalia Dobrianskyj Weber

Perguntas referentes a essa pesquisa consideradas pertinentes, tais como:

1) Direcionadas aos pais adotivos:

Estado Civil da mãe e/ou pai adotivo na época da adoção:

Se você não possui filhos biológicos, não os têm por quê?

Quantos filhos adotivos você tem?

Qual a cor do seu filho adotivo?

O seu filho adotivo possuía algum tipo de doença na época da adoção?

Que idade tinha seu filho na época em que o adotou?

Seu filho sabe que é adotivo?

A adoção foi realizada de que forma? (Juizado, cartório, Guarda, Tutela, etc,).

Como a criança chegou até você?

Você pretende adotar mais crianças?

Se fosse adotar outra criança, escolheria o sexo?

Qual a idade máxima da criança que você acha possível adotar?

Ao adotar uma criança, é importante conhecer a história dela e de sua família?

Tem medo de que as características herdadas de personalidade possam influenciar o comportamento da criança adotada, pois a voz do sangue é mais forte que a educação?

Pensa que crianças vítimas de maus tratos, abandono ou má alimentação, mesmo tendo acompanhamento médico e psicológico, após a adoção não conseguirão superar suas dificuldades físicas e emocionais?

Acredita que quando a criança não sabe que é adotada, surgem menos problemas?

Pensa que um casal que já tem filhos de sangue e adota uma criança, nunca vai gostar dela da maneira como gosta de seus filhos de sangue?

Como você classificaria seu relacionamento com seu filho? Com seu cônjuge e irmãos?

Como você considera o desempenho escolar de seu filho adotivo?

Qual o motivo que levou você a adotar essa criança?

Que nota você daria, pensando em sua satisfação, para o momento da adoção? Por quê?

Que nota você daria, pensando em sua satisfação, pensando em como você sente-se hoje? Por quê?

Que nota você daria, pensando em como sua satisfação vai estar daqui a dez anos? Por quê?

As pessoas que pretendem adotar uma criança devem escolher a criança que desejam ou ficar com a criança designada?

Você acha que uma criança pode ser adotada por qualquer família ou pessoa? Que tipo de pessoas são aptas para adotar?

Você acha que deve haver uma preparação dos futuros pais adotivos? Que tipo de preparação? E você acha necessário um curso ou reuniões de auxílio para os pais que já adotaram?

Você teve alguma preparação para a adoção? Qual?

No momento da adoção houve preferência com relação a traços físicos, idade e saúde da criança adotada? Esses requisitos foram atendidos?

Fale sobre as características mais marcantes da personalidade do seu filho:

Você conhece a história familiar do seu filho adotivo? Fale sobre ela.

Você encontrou dificuldade na educação do seu filho adotivo? Quais foram?

Você atribui essas dificuldades ao fato dele ser adotivo?

Se você possui filhos de sangue (mesmo sendo de outros casamentos), encontrou mais dificuldade na educação do filho adotivo do que na educação do(s) filho(s) de sangue?

Você encontrou dificuldades no relacionamento afetivo com o seu filho adotivo? De que tipo?

Você atribuiu essas dificuldades ao fato dele ser adotivo?

Você adotaria uma criança com deficiência física ou mental? Se você já adotou uma com tais características, adotaria outra? Por quê?

Você considera possível a adoção de crianças de raça (cor da pele) diferente da dos pais adotivos? Você adotaria uma (ou mais uma) criança de raça diferente da sua? Por quê?

Você teria medo de adotar uma criança que viveu muito tempo em orfanato? Por quê?

Você saberia dizer quais os verdadeiros motivos que o(a) levaram a adotar essa criança?

Seu filho adotivo já demonstrou desejo de encontrar os seus pais de sangue? Como você lidou com essa situação? Vocês conversam sobre a família biológica dele?

Quais os fatores mais importantes para que uma adoção tenha êxito? Como devem ser os pais adotivos ideais?

Você aconselharia outras pessoas a adotarem uma criança? Por quê? Que tipo de criança você acha possível adotar?

O que você sabe sobre o sistema de adoção da sua cidade? Como deveria ser? Dê algumas sugestões.

Você tem ou já teve vergonha, ou sente-se mal em dizer que tem filhos adotivos?

Você já se sentiu discriminado por ter filhos adotivos?

Você acha importante o seu filho adotivo conhecer a história de sua família de sangue? Por quê?

Se você pudesse mudar alguma coisa em sua história de vida, o que você mudaria?

2) Direcionada ao filho adotivo

Quais são as primeiras palavras que lhe vêm à cabeça quando você pensa em adoção?

Como foi sua adoção? Você sabe sobre ela?

Por que você acha que seus pais biológicos (naturais, de sangue) não criaram você?

Com que idade você ficou sabendo ou tomou consciência que é adotado? Quem lhe contou?

Você lembra qual foi a sua reação, seus sentimentos, no momento em que ficou sabendo de sua condição de filho adotivo?

Com que frequência você conversa sobre seus pais biológicos com seus pais adotivos?

Você preferia nunca ter sabido que é adotado?

Como você imagina que são seus pais biológicos? Se você os conhece, como eles são?

Você sente vergonha, sente-se mal ao dizer aos outros que é adotado?

Você já se sentiu discriminado pelo fato de ser filho adotivo?

Você se acha parecido no temperamento e/ou fisicamente com seus pais adotivos?

Se você conhece seus pais biológicos, você se acha mais parecido com eles?

Como você se sente sendo diferente ou parecido com seus pais adotivos? Gostaria de ser parecido com eles? Se você tiver a cor de pele diferente da deles, gostaria de ser da mesma cor que eles?

Se você é diferente fisicamente de seus pais adotivos ou de algum irmão (adotivo ou biológico), as pessoas geralmente fazem perguntas sobre isso? Essas perguntas lhe incomodam?

Você pretende adotar uma criança?

Você quer ter filhos biológicos? Por quê?

Um casal que já tem filhos biológicos e adota uma criança, não vai gostar dela da mesma maneira que gosta de seus filhos biológicos?

Quando uma criança não sabe que é adotada, surgem menos problemas?

Você acha que o Governo deveria fazer uma campanha para incentivar a adoção?

Quais são os seus sentimentos em relação a seus pais adotivos? Sente-os como pais?

Por que motivo(s) seus pais resolverem adotá-lo?

Como é seu relacionamento com sua família adotiva? Tem alguém com que você não tenha um bom relacionamento?

Se pudesse dizer alguma coisa a seus pais biológicos, o que diria?

Se você trabalhasse no Juizado, que tipo de pessoa você escolheria para adotar uma criança ou adolescente?

O que você acha que é importante para o sucesso de uma adoção?

Seus pais adotivos trataram ou tratam de forma diferente os filhos adotivos e os de sangue? Qual foi, ou qual é a diferença? Como seus irmãos, filhos de sangue de seus pais adotivos tratam você? Sente-os como irmãos?

Você acha que uma pessoa que quer adotar nunca deveria escolher uma criança ou adolescente de cor de pele diferente da sua? Por quê?

O que você achou de ter respondido esta pesquisa?

3) Direcionada aos filhos biológicos que possuem irmãos adotivos

Ao mencionar a palavra adoção, o que lhe vem à cabeça?

Com que idade você ficou sabendo ou tomou consciência que seu irmão era adotivo? Quem contou?

Como o assunto foi colocado para você?

Você acha que seu irmão já foi discriminado pelo fato de ser filho adotivo?

Você concorda que o filho adotivo é discriminado, tratado diferente pelos outros, sofrendo preconceito? Por que você acha que isso ocorre?

Você se acha parecido no temperamento e/ou fisicamente com seu irmão adotivo?

Como você se sente sendo diferente ou parecido com seu irmão adotivo? Gostaria de ser parecido com ele? Se você tiver a cor de pele diferente da dele, gostaria de ser da mesma cor que ele?

Se você é diferente fisicamente de seu irmão adotivo, as pessoas geralmente fazem perguntas sobre isso? Esses questionamentos lhe incomodam?

O que você acha importante para o sucesso de uma adoção?

Houve alguma preparação para sua nova vida? Se sim, como foi esta preparação e quem fez? Quanto tempo se passou após o momento em que você foi comunicado que receberia um irmão adotivo?

O que mudou na sua vida depois que seus irmão foi adotado? Mudou para melhor ou pior?

Como foi, no início, o seu relacionamento com seu(s) irmão(s)? Como foi a integração à família?

Seus pais trataram ou tratam de forma diferente o filho adotivo e os de sangue? Qual foi, ou qual é a diferença? Como seu irmão adotivo trata você? Sente-o como irmão?

ANEXO II

DEPOIMENTOS

Apresentado na oficina do VII ENAPA (Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à ADOÇÃO) por Eliete Maria Cristofolini

Como mãe adotiva, vez após vez percebi os preconceitos sobre adoção que permeiam a família e a sociedade.

Quando adotei meu primeiro filho, vieram questionamentos como: “Como você pode adotar uma criança tão escura?” Ou então: “Sabe lá quem é essa criança, que nasceu tão pequena e desnutrida” Ou ainda: “VocÊ não tem medo dos problemas que ele poderá te trazer quando crescer? Afinal, não é sangue do teu sangue!”

Quando adotei minha segunda filha, as coisas continuaram na mesma linha: “Você deve ser louca. Se um já pode te dar problema, imagine dois!” – Agora sim você acertou! Ela é muito bonita e parecida com você!” Mas teve uma observação que me calou fundo, quer dizer, me deixou chocada. Aconteceu numa festa de aniversário, numa observação da dona da casa enquanto todas as crianças estavam assentadas à mesa: “Estes dois aqui são filhos adotivos” (apontando para meus filhos).

Na verdade, o amor verdadeiro que sinto pelos meus filhos em nenhum momento me deixou com angústias ou me levou a preconceitos. Agora, quando eles são adolescentes, posso dizer que tenho dois filhos maravilhosos. Com base nisso, posso partilhar com vocês: abram o coração e deixem que o amor flua naturalmente.

Essa é a parte da minha experiência mais pessoal, mais caseira, por assim dizer. Tem ainda o outro lado. Sou Conselheira Tutelar. Atuo nesta função até hoje. Como tal, participo de situações em que crianças moram em famílias sem qualquer amparo legal. Trata-se de casos em que a mãe foi embora, ou então de novos relacionamentos, nos quais uma das partes não aceita a criança da outra parte.

Além disso, foram inúmeras as vezes em que observei muitas adoções “à brasileira” trazerem conflitos entre famílias – mães biológicas tentando obter de volta seus filhos; pais adotivos lutando por seus direitos ou pais adotivos sem preparo algum, tentando devolver a criança à família biológica.

Por todas essas razões e questionamentos, senti que de alguma maneira deveria se tentar educar a sociedade no sentido de construir uma nova cultura sobre adoção, formando no íntimo das pessoas o verdadeiro sentido da palavra “adotar”, que nada mais é do que amar de verdade.

ANEXO III

Revista Veja - 29/07/98 (Alice Granato e Luciano Patzsch)

Aumenta o número de crianças adotadas com a ajuda de instituições de apoio

Regina e Maurício, com Gabriel e os seus novos filhos: a adoção de pais adotivos saiu em um mês



Como a maior parte dos brasileiros interessados em adotar uma criança, os paulistanos Maurício França e Regina Barros sonhavam com uma menina branca recém-nascida. Depois de um ano de espera, o casal nem sequer tinha recebido um telefonema do fórum onde se havia cadastrado. Decidiu então recorrer a um grupo de apoio à adoção, o Acalanto, formado por voluntários. Regina e Maurício,

que já tinha um filho natural, Gabriel, começaram a freqüentar reuniões, receber orientações de psicólogos e refletir sobre a criança que ambos esperavam. Por que menina? Por que bebê? Por que só um? Os dois se deram conta de que, acima de tudo, queriam mais filhos. Em um mês, já estavam em casa com João Paulo, 7 anos, Mônica, 5, e Jéssica, 3, todos da mesma família biológica (as meninas são irmãs e o menino é tio delas). Motivo: a Justiça dá preferência para a adoção de menores com laços familiares entre si. "Nós é que fomos adotados por eles", afirma França. É a mesma história do contador Eugenio Conceição e da bancária Giani Guimarães, de Curitiba, que levaram também um mês para adotar as irmãs Daniele e Franciele, hoje com 11 e 10 anos. "É como se elas sempre tivessem estado conosco", diz Giani.

Outros candidatos a pais adotivos estão deixando para trás idéias preconcebidas e partindo para as chamadas adoções modernas, tardias e inter-raciais. Isso graças ao trabalho dos grupos de apoio, que nos últimos três anos cresceram, ganharam força e agora trabalham junto com os juizes. "A mentalidade do país em relação à adoção está mudando", declara o juiz Carlos Eduardo Pachi, da Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo. "O trabalho desses grupos é sério e nos ajuda a criar uma nova cultura de adoção." No país, já existem cerca de vinte entidades filantrópicas como a Acalanto, criada em 1993. Com isso, o número de crianças abandonadas que permaneciam à espera de adoção vem diminuindo. Pelos dados do Tribunal de Justiça de São Paulo, 80% dos brasileiros que se cadastram para adotar uma criança ainda preferem um recém-nascido de cor branca. Por isso, podem esperar até cinco anos ou mais, enquanto do outro lado muitas crianças também aguardam.

"Esse nó começa a ser desatado quando se descobre que nem sempre adotar uma criança branca recém-nascida é a melhor solução", diz a psicóloga Lidia Dobrianskyj Weber, pesquisadora da Universidade Federal do Paraná, especializada em adoções.

Segundo ela, os futuros pais adotivos acham que é melhor a criança não trazer recordações do passado. Isso, contudo, pode provocar outro tipo de problema. "Ao saber que são adotadas, mais tarde, essas crianças idealizam como teria sido a vida se tivessem conhecido seus pais biológicos", explica Dobrianskyj. "Crianças mais velhas, ao contrário, sabem que estão em melhores mãos." Toda a ação dos grupos de apoio é voltada para instruir os casais, adequar suas expectativas e acelerar o processo de adoção. "Por que esperar quatro ou cinco anos por uma adoção idealizada, se existem tantas crianças precisando de uma família?", diz a professora primária Cynthia dos Santos Miranda, de 46 anos, fundadora do Acalanto. "Para isso, basta predisposição afetiva." Mãe de dez filhos, três biológicos e sete adotivos, Miranda adotou um menino com 8 anos, hoje seu maior companheiro. A professora acha que agora se fala mais abertamente em adoção. "Antigamente, as famílias que adotavam crianças mudavam de bairro para os vizinhos não saberem", conta. "Estamos melhorando muito".

ANEXO IV

**In: Weber, L.N.D. (1998). Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção.
Curitiba: Santa Mônica**

Foi no dia 29 de agosto de 1978 que aconteceu a coisa mais extraordinária da minha vida: a chegada de Patrícia! Quem escutou o chorinho dela foi minha filha Siomara; ela atravessou a rua e procurou a dona do choro no meio do mato de um terreno baldio que ficava no outro lado da rua da casa que morávamos.

Lá estava um bebezinho nu numa sacola de papel sem o menor conforto. Ela estava com a cabeça no fundo da sacola; não amarraram o seu umbigo, não a limparam tampouco e nem enrolaram um trapinho que fosse. Foi muito emocionante quando a minha filha desesperada me pegou pelo braço dizendo, *"venha ver, jogaram um nenê no mato, corra mãe"*, e eu fui lá até sem entender o que estava acontecendo, mas não hesitei nem um minuto em ajuntar aquela sacola com aquela "coisinha" dentro, e não conseguia nem entender o que estava acontecendo. Mas, quando cheguei em casa, ao rasgar a sacola vi que era uma menina! Tivemos que levá-la imediatamente ao hospital porque começou a sair muito sangue pelo umbigo. No trajeto até chegarmos ao hospital, a minha irmã Zoraide foi dirigindo, eu afastava a coberta para ver se ela estava bem e, por incrível que pareça, ela me olhava e ficava bem quietinha! Até hoje eu digo para ela que entre nós houve amor a primeira vista!

Em casa foi uma festa acolhermos a Patrícia, e quem escolheu o nome dela foi o irmão Maurício. À noite, o clima era divertido, pois eu já tinha 4 filhos e, quando ela chorava para mamar à noite, os 4 levantavam da cama! Um a trocava (até o Maurício estava nessa!), a outra a segurava depois da troca, a terceira fazia a mamadeira e a quarta dava-lhe a mamadeira. Todas as noites eles se revezavam, e eu mesma quase nunca tinha o privilégio para estar com ela, então, eu aproveitava a tarde, quando todos iam para a aula, para ficar com a Paty.

A Patrícia foi um anjo que apareceu na nossa casa! Ela é morena, muito delicada, cabecinha muito boa, super carinhosa, nunca nos deu trabalho algum. A sua história de origem, ela conheceu desde pequenina: eu a pegava ela no colo e contava tudo exatamente como foi. Também procurei ensiná-la a amar a mãe biológica; eu dizia

para ela que se a mãe dela não tivesse feito isto, nós não a teríamos. Mas, quando ela fez quinze anos, eu perguntei a ela: "*E se a tua mãe aparecesse hoje, Paty, o que você faria?*" Ela me respondeu: "*Eu não quero mais que você fale que eu tenho outra mãe, a minha mãe é só você*". Foi emocionante...

A Paty é muito estudiosa; ela nunca me disse o motivo, mas nos estudos ela precisou fazer cursos de auxiliar de enfermagem, de instrumentação cirúrgica e, atualmente, ela está fazendo faculdade de enfermagem. É interessante que eu tenho muitos problemas de saúde e, em todas as cirurgias que tenho feito, é ela quem tem instrumentado. Eu me sinto muito protegida, pois geralmente antes do início da cirurgia ela me diz: "*Fique calma vai correr tudo bem, eu estou aqui com você*". Quando a Luci Mara, irmã dela, perguntou se ela não ficava com pena de ver lá no centro cirúrgico, ela respondeu que não, porque quando estava lá ela via o que faziam comigo.

A minha Patrícia é assim. Depois que todos os meus filhos se casaram ficamos mais unidas ainda. Creio que Deus tem realizado todos os sonhos dela. No dia 29 de agosto deste ano ela vai se casar, mas, como eu vou sobreviver eu não sei, pois ela vai morar nos Estados Unidos... Desespero-me só em pensar nesta separação, mas agradeço a Deus que Ele permitiu que ela ficasse conosco exatamente 20 anos - 29/08/78 (nascimento) a 29/08/98 (casamento).

Zélia G. Machado, Diretora de Ação Social da Sociedade Evangélica Betânia, casada com João Machado, aposentado. São pais de Patrícia Machado, 19 anos, Luci Mara Machado Rossi, 34 anos, Siomara Machado Rossi, 33 anos, Celi Mara Machado de Araújo, 31 anos, e Maurício Machado, 29 anos.

ANEXO V



O dom de ter filhos...adotivos

Rosânia e André — casal de Curitiba — contam como vivem a esplêndida experiência humana e espiritual de terem três filhos adotados.

Ricardo Zugno

"Era uma vez um casal que se amava muito. Esse amor era muito grande, mas eles achavam que para esse amor ser completo precisava de algo a mais. Então, eles pensaram: 'Falta um bebê nesta família!' Mas o casal não poderia ter esse

bebê. Então um amigo do casal contou que havia numa cidade perto daqui uma criança esperando para ser adotada".

"Mamãe, é a cidade em que eu nasci?", perguntou Maria Fernanda na primeira vez que ouviu essa historinha. E Rosania responde: "Não, é onde esse casal foi ao encontro deste bebê. Quando o viram eles perceberam que o amor entre eles aumentou, cresceu. Quem era esse bebê?"

"Sou eu!", disse imediatamente Maria Fernanda. Depois Rosania continuou: "Então um dia, quando essa linda criancinha completou dois anos e meio de idade, chegou para o papai e a mamãe perguntando por que ela não tinha um irmãozinho. E assim nós três começamos a rezar todas as noites para que chegasse um irmãozinho para ela. Um dia, alguém nos ligou dizendo que havia um bebê numa cidade no Oeste do Estado. E nós fomos lá, encontrar o segundo bebê".

Àquele ponto é o Andrezinho que se manifesta: "Sou eu!"

Desde o berço

André e Rosania não esperaram os filhos crescerem para contar-lhes a verdade sobre a origem deles. "Nós falávamos, desde o berço, do grande amor que tínhamos por eles. Que não importava tudo aquilo que eles passaram, porque o amor supera tudo", conta André.

Foi neste clima de confidências que, ao reunirem-se à noite, num dos momentos de família com os dois, perguntaram-lhes se gostariam de ter outro irmãozinho. Nessa ocasião, Maria Fernanda estava com 7 anos e o André com 4. Todos de acordo, passaram a rezar juntos diariamente por este motivo, como tinha acontecido durante a espera dos dois primeiros.

Pouco tempo depois chegou Liliana. Ela, recém-nascida, ficou cinco dias na UTI de alto risco, depois foi para a de médio risco, e ainda permaneceu um bom tempo internada. Chegou enfim o dia em que ela pôde sair do hospital. André, Rosania e os dois filhos relembram este fato e não conseguem esconder a emoção ao lembrá-lo:

— Ela sofre?, perguntou Maria Fernanda, olhando a nova irmãzinha no colo da mãe.

— É difícil dizer que não sofre, porque ela já tem o coraçãozinho, respondeu Rosania.

— E o que a gente faz para ela não sofrer mais?, continuou a filha.

— Quanto mais a amarmos, mais o sofrimento sai, completou a mãe.

Maria Fernanda, sem hesitar, abraçou a todos, dizendo: "Vamos amar bastante a Liliana".

Liliana cresceu e hoje é uma linda menina com oito anos.

Especiais

Há pouco tempo, Rosania encontrou os três conversando e rindo no quarto:

"Mãe, a Liliana não está entendendo que ela não nasceu da sua barriga", disseram os dois maiores.

Rosania já contara várias vezes a eles a sua história, mas desta vez percebeu que Liliana precisava dizer algo importante: "Mamãe, eu queria nascer da sua barriga!"

"Olha minha filha, Deus é pai de todo mundo, a Liliana é especial, o Andrezinho é especial, a Maria Fernanda é especial. Sendo crianças especiais, Deus pensou: 'Eu vou mandá-los para um casal especial'. Se você nascesse da minha barriga, talvez não seria você".

Neste momento eles mostram um sorriso e se abraçam. Eles riem e falam: "André, você nasceu assim, em tal cidade, eu nasci em tal cidade".

A verdade, sempre

André e Rosania percebem que, quanto mais honestos são com os próprios filhos, tanto mais estes se abrem e são verdadeiros ao exporem os seus problemas e as suas alegrias.

"Neste ponto os filhos são uma bênção enorme para a gente pois nos obrigam a sermos autênticos. Se eu digo que vou trabalhar, vou trabalhar; se digo que vou ao mercado, vou ao mercado. Não posso enganá-los nem nas pequenas circunstâncias do cotidiano. Esta coerência eu a aprendi muito com o André, que sabe se deter no diálogo com cada um deles", explica Rosania.

Eles nunca disseram na escola que seus filhos são adotados, pois sempre acharam que eles têm o direito de manifestarem-se sobre o assunto no momento mais oportuno.

Na turma da 5ª série na qual estudava Maria Fernanda, um certo dia a professora tratou de assuntos da realidade brasileira, como os meninos de rua, os menores abandonados e as adoções. Naquele momento, com grande espontaneidade, Maria Fernanda falou a seus colegas que ela era adotada, e estes ficaram perplexos. Rosania percebeu, quando a filha chegou em casa pensativa. Após tomar um lanche falaram do que aconteceu:

— Você ficou preocupada com a reação de seus colegas?, perguntou a mãe.

— Não!, respondeu a menina.

— E os outros ficaram?, continuou Rosania.

— Pois é, mãe, os outros ficaram.

— E você acha isso normal?

— Sim eu acho tão normal, não vejo o que tem de diferença.

— Sabe filha, não tem diferença mesmo! Porque o amor é uma coisa muito grande, é uma palavrinha bem pequenininha, mas tem uma dimensão imensa, que nós nem imaginamos. As pessoas no mundo não entendem muita coisa, mas talvez com esse seu jeitinho de ser, vai mudar muita coisa. Você imagina quantos são na sua sala?

— Comigo são 25.

— Você disse que a T. (colega de escola) gostaria de ter irmãos. Dos seus 24 coleguinhas, todos, ou uma parte deles chegaram em casa e falaram que você é adotada. Quantos deles gostariam de ter um irmão biológico ou adotado e não têm!

Aí ela ficou pensativa e logo em seguida serena.

No outro dia, uma outra amiga da escola, a C., disse:

"Maria Fernanda, eu queria ter você como irmã".

A pressão

Não faltaram para André e Rosania objeções à adoção e sugestões favoráveis aos métodos de inseminação e fecundação artificiais. Muitas pessoas diziam-lhes que adotar uma criança era ir atrás de problema, e que era tudo muito difícil, desde o aspecto jurídico até as questões afetivas e educacionais.

Mas a experiência deles mostrou o contrário. "Nós sempre procuramos estar abertos para a vida, não importando de que forma chegasse. E também valeu a pena percorrer toda a tribulação e morosidade do processo jurídico, pois a lei, hoje, dá muita segurança. Enfim, podemos dizer que, com a abertura à vida dentro da perspectiva de que todos somos filhos de um único Pai, é Ele quem realiza a família que no fundo almejamos", concluiu Rosania.

No início

Um amor que se alimenta do perdão

Rosania esperava André voltar para casa com uma certa agitação. Desde o namoro, e mais intensamente após o casamento, a prática de resolver os mínimos desentendimentos entre eles era uma constante. Procuraram sempre que possível, não dormir, nem sair de casa, com o peso do relacionamento rompido. Porém, depois de mais de 20 anos de vida a dois, sentiam um certo cansaço neste tipo de relacionamento. Na mente de Rosania vinham à tona as angustiosas dúvidas que experimentara na adolescência em relação à durabilidade do amor numa família. Havia, de fato, presenciado muitos casos de casamentos infelizes, corrompidos pelo alcoolismo ou pela infidelidade.

Por outro lado, naquele momento esforçava-se em reavivar dentro de si o amor que serviu de base para o seu matrimônio, um amor de origem divina, que não dispensa o sentimento natural, nem o anula, mas o supera, o faz crescer e o potencializa. Pedia a Deus que a iluminasse naquele instante. E aos poucos percebeu-se num intenso diálogo com Ele: "Nossa casa passou a representar para mim um local onde a presença do divino não pode deixar de existir. A cozinha, a sala, o carro, o rumor das crianças, tudo parecia envolver-se por uma atmosfera de sagrado". Com o espírito renovado, Rosania enfim recobrou o ânimo para receber o marido. Preparou a mesa e o prato de comida que ele tanto apreciava, com mais solenidade do que em outras ocasiões.

André é médico. Devido ao plantão no hospital, estava para chegar tarde naquela noite. Também ele, desde jovem, descobrira que o amor recompõe toda ruptura. O exercício deste amor no relacionamento com os pacientes é um grande remédio para o sofrimento que as doenças e acidentes lhes proporcionam: os doentes descobrem através do comportamento de André que a falta de saúde não deve acabar com o sentido da vida. Naquele dia ele havia cuidado de inúmeros doentes, e voltava para casa feliz: havia aliviado a dor de muitos, não só através de remédios, mas sobretudo de um fraterno relacionamento construído com cada um. Mas André sabia que, para ter a plenitude da alegria, faltava-lhe uma coisa: a reconciliação com Rosania. Enfim em casa. Sentaram-se à mesa, conversaram como era de costume em muitas outras situações semelhantes. Mas aquela parecia particularmente especial, talvez mais exigente. Algumas questões foram logo levantadas com a sinceridade de sempre. No entanto, logo viram que, mais do que esclarecimentos, o que se fazia necessário era o perdão recíproco.

"Sim, a misericórdia nem sempre é natural, faz parte de um amor sobrenatural, cristão, e é este amor que nos renova, que nos faz ver o outro com um olhar novo a cada dia e faz amadurecer o amor natural. Mas para isto é preciso alimentar e aprimorar com muita convicção a nossa vida espiritual. Não sei se conseguiria suportar uma convivência mantida só pelo firme propósito dos dois de permanecerem juntos", explica André.

Mesmo antes de se casarem, André e Rosania sabiam que não poderiam ter filhos. Para Rosania foi muito duro ter de abrir mão da maternidade biológica. Parecia-lhe que isso lhe tirava um pouco da própria identidade. Também para André, não poder ser pai foi uma experiência particularmente difícil, já que, como médico pediatra, sempre teve contato diário com crianças, vendo-as nascer e presenciando a alegria experimentada pelos pais.

"É muito forte na gente o desejo de ver garantida a nossa continuidade hereditária, mas isto não pode determinar o amor por uma criança. A impossibilidade de termos filhos biológicos nos fez refletir sobre a qualidade do nosso amor. Vimos que devíamos nos abrir para a adoção, já que existem inúmeras crianças abandonadas", justifica André.

E Rosania complementa: "Encontramos no amor evangélico o segredo da fecundidade do amor natural, e no caso dos filhos não poderia ser diferente. Este amor não é menos verdadeiro que o amor biológico. E assim começamos a rezar, pedindo que encontrássemos as crianças que Deus desejava para constituir a nossa família como Ele pensa".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Domingos. No Bico da Cegonha: Histórias de Adoção e da Adoção Internacional no Brasil. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002

BADINTER, E. O amor conquistado - o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEE, Helen. A Criança em Desenvolvimento, trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BEVILAQUA, Clóvis. Direito de Família. Recife: Ramiro , Costa & Filhos, 1995.

FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. Adoção Internacional Doutrina & Prática. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

FILHO, Luiz Schettini. Compreendendo o filho adotivo. Recife: Edições Bagaço, 1995.

MARMITT, Arnaldo. Adoção. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1993.

MAY, Rollo. A Descoberta do Ser, Trad. Cláudio G. Somogyi. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda, 1988.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano, Direito de Família e Ciências Humanas. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2000.

OLIVEIRA J. M. Leoni Lopes de. Guarda, Tutela e Adoção. Rio de Janeiro: 4ª edição Editora Lumen Juris LTDA, 2001.

RIBEIRO, Maria José Celeste. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

SANTOS, Lucinete. 1º Guia de Adoção de Criança e Adolescentes do Brasil. São Paulo: Winners Editorial, 2000.

SANTOS, Lucinete Silva. Adoção no Brasil: Desvendando Mitos e Preconceitos in "Serviço Social & Sociedade" ano XVIII – julho 1997.

SHINYASHIKI, Roberto. Pais e Filhos: Companheiros de Viagem. São Paulo: Editora Gente, 1992.

SZNICK, Valdir. Adoção. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1999.

VARELLA, Antunes. Direito da Família. Lisboa: Petrony, 1982.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

WINNICOTT, D. W., O Ambiente e os Processos de Maturação. Trad. Irineo Constantino Schuch Ortiz, Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.